

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ
433ª/08ª Reunião da Câmara de Fiscalização
ATA DA 433ª/08 - OITAVA REUNIÃO DA CÂMARA DE
FISCALIZAÇÃO, REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2025, EM
FORTALEZA-CE.

Às dez horas e trinta minutos do dia sete do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelo sistema eletrônico de reuniões em nuvem Zoom, ocorreu a oitava Reunião de Câmara de Fiscalização cujos trabalhos foram coordenados pelo Vice presidente de Fiscalização, Luiz Rodrigo Ferreira Gomes do Nascimento, CRCCE-016079/O. Estiveram presentes os Conselheiros: Tânia Martins Ferreira da Silva, CRCCE-022940/O; Danyelle Kelvia Ferreira Damasceno, CRCCE-020542/O; José Elielder Clares de Sousa, CRCCE-022995/O, bem como a Coordenadora da Fiscalização, Elen Klezevski Pimentel. Foram distribuídos processos a conselheiros efetivos e suplentes, de forma a dar celeridade no julgamento de processos. Na ordem do dia, foram julgados os seguintes processos: **PROCESSOS RELATADOS PELO CONSELHEIRO LUIZ RODRIGO FERREIRA GOMES DO NASCIMENTO. Processo n.º 2022/009340 -** Explorar atividades contábeis através de Organização contábil sem registro cadastral no CRCCE e falta de estruturação legal. Art. 15 do DL 9.295/46, e com arts. 1º e Art. 3º, incisos I e II CFC 1.555/18. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 5.030,00 (cinco mil e trinta reais), conforme previsto no art. 27 "b" do DL n.º 9.295/46, em consonância com os artigos 56 e 57 da Resolução CFC n.º 1.603/2020 e a Resolução CFC n.º 1.636/2021, devido à falta de regularização da infração, uma vez que a Organização Contábil permanece em situação irregular. Decisão: aprovado por unanimidade. **Processo n.º 2025/009798 -** Organização contábil, CNAE 69.20-6-01-ATIVIDADES DE CONTABILIDADE e CNAE 69.20-6-02 – ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA, constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCCE. Art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. Parecer no sentido de arquivar o processo considerando que restou comprovada a regularização da infração no prazo concedido para apresentação da defesa, em consonância com o Art. 44 da Resolução CFC n.º 1.603, de 22 de outubro de 2020, Ata n.º 433-08/2025. Decisão: aprovado por unanimidade. **Processo n.º 2025/009800 -** Responder pela exploração de atividades privativas de profissional da contabilidade, sem possuir registro profissional, ao participar como sócio em organização contábil, CNAE 69.20-6-01-ATIVIDADES DE CONTABILIDADE e CNAE 69.20-6-02 – ATIVIDADES DE CONSULTORIA E AUDITORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA. Arts. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Parecer no sentido de arquivar o processo considerando que restou comprovada a regularização da infração no prazo concedido para apresentação da defesa, em consonância com o Art. 44 da Resolução CFC n.º 1.603, de 22 de outubro de 2020, Ata n.º 433-08/2025. Decisão: aprovado por unanimidade. **Processo n.º 2025/009813 -** Organização contábil, CNAE 69.20-6-01 - ATIVIDADE DE CONTABILIDADE, constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCCE. Art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. Parecer no sentido de arquivar o processo considerando que restou comprovada a regularização da infração no prazo concedido para apresentação da defesa, em consonância com o Art. 44 da Resolução CFC n.º 1.603, de 22 de outubro de 2020, Ata n.º 433-08/2025. Decisão: aprovado por unanimidade. **Processo n.º 2025/009818 -** Organização contábil, CNAE 69.20-6-01 - ATIVIDADES DE CONTABILIDADE, constituída para explorar atividades contábeis, sem registro cadastral no CRCCE. Art. 15 do DL n.º 9.295/1946, c/c com a Lei n.º 6.839/1980 e com o art. 1º da Res. CFC n.º 1.708/2023. Parecer no sentido de arquivar o processo considerando que restou comprovada a regularização da infração no prazo concedido para apresentação da defesa, em consonância com o Art. 44 da Resolução CFC n.º 1.603, de 22 de outubro de 2020, Ata n.º 433-08/2025. Decisão: aprovado por unanimidade. **PROCESSO RELATADO PELO CONSELHEIRO JOSÉ ELIELDER CLARES DE SOUSA. Processo**

n.º 2025/009803 - Exercer atividade privativa de profissional da contabilidade em organização contábil, ocupando o cargo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, exercendo a atividade de ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL, sem possuir o registro profissional neste CRCCE. Art 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 4.696,00 (quatro mil, seiscentos e noventa e seis reais), alínea "a" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, c/c arts. 56 e 57, da Res. CFC n.º 1.603/2020, e com a Res. CFC n.º 1.744/2024, visto que foi conferido ao autuado o direito à ampla defesa e ao contraditório, desde a fase de intimação, que precedeu a presente autuação, porém não foram adotadas medidas para sanar a infração, qual seja, o exercício ilegal da profissão. Decisão: aprovado por unanimidade. **PROCESSOS RELATADOS PELA**

CONSELHEIRA DANYELLE KELVIA FERREIRA DAMASCENO. Processo n.º 2024/009676 - Manter em funcionamento organização contábil sem averbação da alteração cadastral no CRC. Art.15 do DL n.º 9.295/1946 e com art. 6º, § 1º, e art. 21 da Res. CFC 1.708/2023. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 1.126,00 (um mil, cento e vinte e seis reais), conforme prevista na alínea "b" do art. 27 do DL n.º 9.295/46, com arts. 56 e 57, da Res. CFC n.º 1.603/20 e com a Res. n.º 1.709/2023, devido à falta de regularização da infração, uma vez que a Organização Contábil permanece em situação irregular. Decisão: aprovado por unanimidade.

Processo n.º 2024/009677 - Exercer atividade privativa de profissional da contabilidade em organização contábil, sem possuir o registro profissional neste CRC. Art. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 4.504,00 (quatro mil, quinhentos e quatro reais), conforme prevista na alínea "a" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, c/c arts. 56 e 57, da Res. CFC n.º 1.603/2020, e com a Res. CFC n.º 1.709/2023, devido à falta de regularização da infração, uma vez que a autuada permanece em situação irregular. Decisão: aprovado por unanimidade. **Processo n.º**

2024/009678 - Exercer atividade privativa de profissional da contabilidade em organização contábil, sem possuir o registro profissional neste CRC. Art. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Parecer no sentido de aplicar a pena de multa no valor de R\$ 4.504,00 (quatro mil, quinhentos e quatro reais), conforme prevista na alínea "a" do art. 27 do DL n.º 9.295/1946, c/c arts. 56 e 57, da Res. CFC n.º 1.603/2020, e com a Res. CFC n.º 1.709/2023, devido à falta de regularização da infração, uma vez que a autuada permanece em situação irregular. Decisão: aprovado por unanimidade **PROCESSO RELATADO PELA CONSELHEIRA TANIA MARTINS FERREIRA DA SILVA.**

Processo n.º 2025/009823 - Exercer atividade privativa de profissional da contabilidade em organização contábil estando com a matrícula da faculdade trancada. Arts. 12 e 20 do DL n.º 9.295/1946, c/c Súmula n.º 13 do CFC, c/c o art. 1º, parágrafo único da Res. CFC n.º 1.707/2023. Parecer no sentido de arquivar o processo, tendo em vista que o exercício da atividade está sob a supervisão técnica de dois profissionais devidamente habilitados neste Conselho, e a comprovação foi efetivada tempestivamente a este Conselho, pela apresentação da matrícula ativa no curso de Ciências Contábeis na Faculdade UNIFAMETRO. Decisão: aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta, o Conselheiro Luiz Rodrigo Ferreira Gomes do Nascimento, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às onze horas e vinte minutos do dia sete do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco. A presente ata foi redigida por mim, Morgana Feijó da Gama, que a assino após sua aprovação, juntamente com o Vice-Presidente de Fiscalização e demais Conselheiros.

CT LUIZ RODRIGO FERREIRA GOMES DO NASCIMENTO

CT TÂNIA MARTINS FERREIRA DA SILVA

CT JOSÉ ELIELDER CLARES DE SOUSA

CT DANYELLE KELVIA FERREIRA DAMASCENO

CT ELEN KLEZEVSKI PIMENTEL

106 CT MORGANA FEIJÓ DA GAMA
107 Fortaleza, 07 de novembro de 2025.